

# O SEXO CRISTÃO NA MÍDIA DIGITAL: PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE E EFEITOS BIOPOLÍTICOS

Mônica da Silva Cruz<sup>1</sup>  
Ilza Galvão Cutrim<sup>2</sup>

**Resumo:** Análise de uma matéria sobre sex shops cristãos que circula em plataforma digital. Questiona-se qual regime de enunciabilidade se desenvolve na exposição da sexualidade cristã nesse espaço jornalístico. O referencial teórico ancora-se nos estudos de Foucault sobre discurso, poder e práticas de subjetivação. Na matéria, a sexualidade cristã é posta como efeito operado pelo *coach*, que propõe ferramentas de auto-conhecimento aos consumidores de produtos de sex shops; pela religião, que regula as condutas sexuais dos casais, por meio de uma memória que, de diferentes formas, atualiza discursos de interdição do sexo; e pelo mercado, que investe em tecnologias que regulam os corpos dos indivíduos, para gerar riqueza.

**Palavras-chave:** sexo; governamentalidade; confissão; corpos.

## CHRISTIAN SEX IN DIGITAL MEDIA: GOVERNMENTAL PRACTICES AND BIOPOLITICAL EFFECTS

**Abstract:** Analysis of an article about Christian sex shops, which circulates on a digital platform. It is questioned which enunciation regime develops in the exposure of Christian sexuality in this journalistic space. The theoretical framework is based on Foucault's studies on discourse, power and subjectivation practices. In the matter, Christian sexuality is seen as an effect operated by the coach, who proposes self-knowledge tools to consumers of sex shop products; by religion, which regulates the sexual behavior of couples, through a memory that, in different ways, updates discourses of interdiction of sex; and by the market, which invests in technologies that regulate the bodies of individuals, to generate wealth.

**Keywords:** sex; governmentality; confession; bodies.

1 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Professora da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: monicruz5675@gmail.com Link de acesso ao Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8916571577411585>

2 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Professora da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: ilza.galvao21@gmail.com Link de acesso ao Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6628313480144303>

## Introdução

No volume I de sua *História da Sexualidade*, Michel Foucault discute como o sexo foi integrado a um dispositivo, isto é, a um conjunto de procedimentos discursivos e não discursivos criado pelos homens para compor os modos de constituição do sujeito, ao longo da história. Nos volumes II e III dessa série o autor explora a dimensão mais intrapsíquica do poder, buscando entender como o poder leva o sujeito à submissão.

No volume III, Foucault se dedica à análise do universo cristão, o qual, segundo ele, apropriou-se de técnicas dos mundos grego e romano, para produzir subjetividades. Segundo Foucault, várias tecnologias, apoiadas nas culturas grega e romana, foram acionadas pelo cristianismo com a finalidade de fazer o sujeito acessar sua verdade interior.

Os estudos de Foucault levam-no a afirmar que a sexualidade, como construção histórica, é gerida por mecanismos de poder, que nomeiam a prática sexual de uma maneira e não de outra, e nomear, para Foucault, significa construir o objeto de que se fala. Essa ordenação do sexo pelos poderes passou a classificar o que era uma sexualidade normal ou anormal, ao longo de vários acontecimentos da história, entre eles a emergência do cristianismo e a consolidação do saber médico.

Para essa reflexão, Foucault redimensiona a natureza do conceito de poder, pois suas pesquisas arqueológicas o levam a concluir que o poder só poderia ser analisado em meio a um conjunto de relações. O poder não seria apenas repressivo, pois também é produtivo. Assim, ao escrever sua *História da Sexualidade*, Foucault identifica formas diversificadas de exercícios do poder, delineando os conceitos de biopoder, biopolítica e governamentalidade. Esses conceitos traduzem formas de operação do poder sobre os sujeitos, ora por intermédio dos outros, ora por técnicas acionadas pelos próprios sujeitos. Essas operações

se inscrevem não apenas nas mentes e nos corpos dos indivíduos.

As pesquisas de Foucault, em *História da sexualidade IV: as confissões da carne* (2020), identificam textos que circulavam em domínios pagãos e já davam a conhecer práticas e condutas aceitáveis em relação ao sexo e à procriação, desqualificavam o prazer desmedido e expunham o que era a compreensão de uma relação respeitosa e afetuosa dentro casamento. Assim, Foucault propõe um olhar sobre a união entre o registro da palavra, e da fala, com a corporalidade. Observa que havia nessas práticas discursivas uma ideia de dimensão carnal do homem que precisava ser ouvida, por isso foi necessária a criação de mecanismos que levariam o homem ocidental a manifestar em palavras os seus desejos e verdades mais íntimas, dizendo de si aos outros por meio de uma “hermenêutica de si”. Foucault observa que esses mecanismos confessionais foram usados na era cristã como tecnologias de regulação para as condutas do sujeito. (PRIMO, 2020, p. 7).

Ao analisar a confissão como tecnologia de constituição de sujeitos, no cristianismo, Foucault identifica uma noção de governo das pessoas, que consiste em práticas de controle que aos poucos se soltam da compreensão de um governo das almas, no campo religioso, e se direcionam a um governo da população, no Estado moderno. Esse poder concentra sua atuação, sobretudo, no cuidado da vida e da saúde da população, por isso Foucault chama de biopolítica a política moderna do Estado. Para Foucault, as tecnologias governamentais dizem respeito “ao governo da educação e da transformação dos indivíduos” (REVEL, 2005, p. 55), bem como ao controle das relações familiares e das instituições. Assim, o Estado passa a intervir cada vez mais na vida dos indivíduos: em sua saúde, sua sexualidade, sua alimentação, seu corpo.

Foucault propõe que para o entendimento das tecnologias de governo por meio do controle

da conduta das pessoas é necessário estudar as tecnologias do poder e a nuance política que as pavimentam. Nessa linha, este artigo propõe um estudo do espaço midiático como lugar de atuação de uma governamentalidade da sexualidade, considerando que as mídias, muitas vezes, nos convidam a falar, a confessar diante dos outros as nossas vontades, medos e temores mais íntimos, constituindo, assim, em diferentes camadas da linguagem, nossas subjetividades.

A metodologia das nossas reflexões vale-se da perspectiva arqueológica como meio para analisar em uma matéria jornalística intitulada *Linhas de produtos eróticos para público gospel? Existe e vende muito bem*, que circula na internet, a complexa rede de significação que a sociedade cristã impôs ao sexo. Discutimos como o sexo de sujeitos declarados cristãos é enunciado, em uma entrevista sobre sex shops evangélicos. Neste estudo, nossa questão é verificar que tecnologias de regulação se inscrevem em regimes de enunciabilidade acionados para a exposição da sexualidade cristã, no espaço jornalístico [em](#) uma matéria da plataforma do UOL, empresa brasileira de conteúdo, serviços digitais e tecnologia com vários canais de jornalismo. De que maneira se fala sobre relações sexuais dessa população, ao se discorrer sobre produtos vendidos nessas lojas de artigos sexuais. O artigo divide-se em três sessões. Na primeira sessão, apresentamos um apanhado da noção de poder na obra de Foucault. A abordagem seguinte se volta para a temática das mídias como espaço de confissão e produção de sujeitos, e na terceira etapa do trabalho, apresentamos as análises.

## Poder, corpo e subjetivação

Rago (2018) afirma que Michel Foucault, voltando seu olhar ao período greco-romano, para discutir práticas que historicamente constituíram os sujeitos, desestabilizou várias verdades consideradas

como supremas, no meio intelectual, da década de 1970. Esse percurso inicia quando o autor publica, em 1975, *Vigiar e Punir* e, em seguida, em 1976, publica *História da Sexualidade I*, instaurando debates que o tornam famoso por não colocar o marxismo no centro de suas questões, no momento em que esse pensamento era extremamente discutido.

As provocações instaladas pelos estudos de Foucault nos anos de 1970 são perpassadas por seu entendimento peculiar sobre sujeito e poder. Em francês, esclarece Rago (2018), a palavra *sujet* liga-se, sobretudo, ao sentido de sujeição, e Foucault desloca essa compreensão ao considerar que o sujeito, em regimes não totalitários, poderia agir e trabalhar em sua auto constituição.

Ainda conforme Rago (2018), o sujeito, para o autor, estabelece-se em meio a relações de poder, que também podem ser positivas. O poder, nessa perspectiva, produz relações que nós próprios temos conosco. Somos constituídos por tecnologias políticas, por técnicas de poder e nós, também, nos construímos. Para esse entendimento, não devemos considerar que o poder está fora de nós, mas que ele está sempre em nosso meio, nos constitui, nos envolve. Ele não está em uma margem, e nós, em outra. Nessa direção, Foucault propõe analisar como somos envolvidos, seduzidos e produzidos pelo poder. Sua questão é saber como podemos ser outros. Com essas reflexões, o filósofo sacode a poeira de discursos que nos levam a crer nas evidências da nossa realidade.

Segundo as análises foucaultianas, há várias formas de o poder se materializar, e entre elas estão a disciplina, o biopoder, a biopolítica e a governamentalidade. Essas formas de manifestação do poder são captadas quando o autor conclui que o poder não atua apenas sobre nossas mentes, mas age inclusive sobre nossos corpos. Na forma disciplinar, o poder produz corpos dóceis, que podem ser submetidos, utilizados e transformados, em toda sociedade. O corpo está preso a regras

que o colocam em grades estreitas, impondo-lhe limitações, obrigações, deveres, mas, por outro lado, esse poder produz benefícios. Essa compreensão sobre o poder inscrito nos corpos dos indivíduos foi desenvolvida em *Vigiar e Punir* (1975), livro em que Foucault estudou o nascimento das tecnologias de poder dadas por meio das disciplinas, as quais, em sua visão, marcaram o início da Modernidade. Ele destaca que o aparecimento de um poder disciplinar espacializou, hierarquizou, segmentou, sedentarizou e pôs a identidade como imposição de fora para dentro, como elemento que nasce do Estado e é imposta de cima para baixo. Foucault observa que essa é uma ideia criada no século XIX. Consta, também, que, nesse exercício de poder, são produzidas realidades e sujeitos que interessam à sociedade conservar, pois produzem riqueza.

Todo investimento de Michel Foucault sobre as formas de atuação do poder aconteceu para que ele explicasse a questão maior de seus estudos – o sujeito. Ele considerava o indivíduo como sendo constituinte das relações sociais e não como produto das relações de produção. Sua meta era pensar uma noção de poder que sustentasse uma explicação da produção do sujeito de forma mais ampla. Seu olhar sobre o poder não era a proposta de uma aplicação teórica a respeito do poder. Suas análises miravam as práticas de poder acionadas especificamente na Modernidade (MACHADO, 2000).

Após a constatação de uma tecnologia do poder que produziu as disciplinas, Foucault chegou ao que definiu como biopoder, em *História da Sexualidade I* (1998). O biopoder é um tipo de poder que se inscreve não apenas na mente dos sujeitos, mas em seus corpos, o que o leva a afirmar que a subjetividade também está no corpo. O poder incide sobre o corpo. O biopoder, como prática, desenvolve-se entre os séculos XVII e XIX. Nesse período, irrompe a medicina como um saber que tem autoridade para dizer aos sujeitos quem eles

são, a partir de exames corporais. Pesquisas no campo médico determinam práticas que passam a ser nomeadas, por esse saber, de psicopatias sexuais; define-se, ainda, que o sexo normal é aquele feito entre homem e mulher, o resto é onanismo, tribadismo. A análise desse e de outros registros levam Foucault a se certificar de que a sexualidade é um dispositivo, um conjunto de práticas, técnicas, tratados, concepções, leis, relatórios, laudos, que nomeiam a prática sexual de uma maneira e não de outra. Vale ressaltarmos que nomear, para Foucault, significa construir o objeto de que se fala (RAGO, 2018).

Outro conceito desenvolvido por Foucault, nesse momento, foi o de biopolítica: uma forma de o Estado gerir a vida não apenas do indivíduo, mas da população. O Estado dirige a mortalidade, a saúde, propõe vacinas, por meio de uma racionalidade que o põe no controle do corpo populacional. Em *Nascimento da Biopolítica* (2008a) e em *Segurança, Território e População* (2008b), Foucault compõe um deslocamento das discussões sobre o poder disciplinar e aponta um novo debate – a passagem da sociedade disciplinar para outro tipo de sociedade – a sociedade de controle. Foucault identifica em seus estudos o surgimento de uma sociedade que não produzia só corpos dóceis, indivíduos presos a uma identidade. Segundo Rago (2018), ele e Deleuze passam a falar em outra forma de poder que pede outro tipo de indivíduo – o homem que navega, circula, que desliza como uma serpente, segundo Deleuze. Nessa sociedade, um indivíduo pode ser, hoje, um bancário, amanhã, pode ter uma banda de rock, porque a ele é dada a possibilidade de se mover.

Foucault faz esses relatos sobre diferentes formas de poder, na Modernidade, considerando que o poder deve ser analisado como algo que circula, não apropriado como bem, riqueza, porque o poder funciona, se exerce em rede, e nessa rede, os indivíduos se movem, estão submetidos a esse

poder e não são alvos inertes e sempre passivos. O poder transita entre os indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 2005). Ainda na década de 1970, Foucault, em seus estudos, localiza uma forma de poder que chamou “governamentalidade”, forma de governar, voltada para o governo dos outros e de si. E descreve o conceito de governamentalidade como uma racionalidade, um modo de conduzir a conduta do outro, que se liga ao liberalismo, uma manifestação do capitalismo.

A governamentalidade é o poder que incita a conduta do outro e a conduta de si. Ela põe em marcha não apenas uma gestão da população, mas um controle de estratégias que indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a eles próprios e uns em relação com os outros. A governamentalidade está no cruzamento de técnicas de dominação dos outros e de si (REVEL, 2005). À análise do governo dos outros segue o tema do governo de si, isto é, a maneira pela qual os sujeitos se relacionam consigo mesmos e possibilitam a relação com os outros. A expressão “cuidado de si”, que Foucault retoma de um texto que se encontra em Platão, indica o conjunto de experiências e de técnicas que o sujeito elabora e que o ajuda a transformar-se a si mesmo. O cuidado de si inclui uma arte de governar os outros. Por isso é essencial cuidar-se de si para bem governar aos outros (REVEL, 2005, p. 33-34). Como em um poder pastoral, a governamentalidade imprime efeitos individualizantes em sua atuação, controlando as condutas dos sujeitos, individualmente, agindo por meio de dados, estatísticas, pesquisas de mercado, biodata, e muitos outros meios que envolvem toda população.

Ao estudar a Grécia antiga, Foucault destaca que nesse período não havia uma ideia de moral ligada à religião, nem a sistemas sociais, mas um conceito de moral dado pela relação de cada um consigo mesmo, uma prática de si, uma relação consigo que envolve basicamente uma relação de

poder do sujeito sobre si mesmo, e é exercida por meio de diferentes “práticas de si”, práticas que são sempre históricas (OKSALA, 2011). O Estado moderno desenvolveu, por esse diagrama, um “governo das condutas dos sujeitos”, uma “pastoral das almas” que institui modos de subjetivação, através de uma individualização e de um exame minucioso das práticas de si. Para esse modo de governar, um conjunto de instituições, táticas e procedimentos são estabelecidos tendo por alvo a população (PRIMO, 2020, p. 11).

Para Foucault, a noção de sujeito liga-se diretamente à ideia de “modos de subjetivação” e esses “modos” significam, em seus estudos, práticas, técnicas, exercícios, num determinado campo institucional e numa dada formação social, pelos quais o sujeito se observa e se reconhece como lugar de saber e de produção de verdade. Para os gregos, o homem mais completo era aquele que sabia exercer mais adequadamente o poder sobre si mesmo e a essa prática eles chamaram subjetivação (FISCHER, 1997, p. 336). O poder sobre si, produtor da subjetivação, segundo Foucault, pode ser alcançado por meio de várias técnicas, uma delas se liga ao autoconhecimento alcançado por meio de meditações, escrita de si ou confissões.

Quase uma ritualização obrigatória da verdade, a confissão é colocada como um ultimato dado ao sujeito para verbalizar um dizer verdadeiro sobre si diante dos outros. Nesse espaço, da confissão como técnica de conhecimento de si, o olhar sobre si mesmo só se completa na sua verbalização, com a verificação através da palavra dirigida ao outro. A confissão, dessa maneira, desempenharia o papel de trazer à luz aquilo que se buscava esconder. Essa técnica colocaria à mostra, expulsaria, liberaria, as nossas verdades mais profundas.

Pela confissão, o olhar do outro sujeita o indivíduo e torna inteligível sua interioridade. Entretanto, essa prática põe o olhar sobre si como forma de o sujeito se vigiar, tendo condições de

separar e reconhecer as tentações, moldando uma forma de subjetividade, uma experiência, um modo de presença diante de si, bem como de sua transformação (PRIMO, 2020, p.10).

Essa relação do sujeito consigo, pela confissão, foi remodelada ao longo dos tempos. Segundo Fischer (1997), procedimentos confessionais são mobilizados, constantemente nas mídias, por meio de vários meios de comunicação, com suas regras de enunciabilidade e relações específicas que mantêm com o poder, atuando como instrumentos de conhecimento, exame e subjetivação.

## O Jornal como espaço formativo de Subjetividades

Com o foco voltado para as questões do presente, Foucault elencou diferentes rupturas no percurso ocidental de voltar-se para si mesmo. O cristianismo usa a máxima socrática “conhece-te a ti mesmo”, ligada a uma moral cristã, na proposta de uma “relação consigo”, inscrevendo essa moral no corpo e na alma ocidental. Depois esse conhecer-se a si mesmo desloca-se para lugares como a ciência, até ressurgir investido de novas roupagens, em práticas do nosso presente. Onde estão, portanto, as ressonâncias de uma cultura clássica de si, que propunha a cada um construir, inventar a si mesmo como uma verdadeira obra de arte, questiona Fischer (1997).

Para responder a esse questionamento a autora explica que a “relação consigo”, identificada por Foucault, nos gregos clássicos, foi-se descolando da ideia do homem livre. Atualmente, as formas de “relação consigo” travestiram-se em práticas confessionais, em técnicas e exercícios de autoconhecimento espiritual, em modos de segredar o sexo, ou em formas de produzir saberes sobre o sujeito. O que eram os “cuidados consigo”, especialmente os que se referem aos cuidados com o corpo e à regulação das atividades mais

prosaicas do cotidiano, foram recolocados não para serem acessados em uma “arte da existência”, mas para integrarem formas de controle das populações, desde os fins do século XVIII, e, em nossa atualidade, vivem uma sofisticada elaboração (FISCHER, 1997, p. 337).

Nesse sentido, propomos um olhar sobre o campo da mídia como espaço que constrói sujeitos, a partir de uma multiplicidade de normas, regras e “práticas de si”, necessárias a um tipo de “relação consigo” muito típico do nosso presente. Essa percepção está ancorada no fato de que a mídia – de modo particular as mídias digitais – alcançou, nas últimas décadas, um lugar dominante no cotidiano da sociedade, no interior de um jogo de poder, que cria demandas, orienta condutas – orienta o modo de alcançar a salvação individual –, em outras palavras, formata o sujeito segundo normas que passaram a ser seguidas como uma espécie de rota norteadora nas relações consigo.

Na “relação consigo”, o sujeito constitui a si mesmo como sujeito moral, aprendendo a reconhecer e a estabelecer para si certos modos de agir e de ser como bons e verdadeiros. Para tanto, dele é exigida submissão a aprendizagens, exercícios e aperfeiçoamento segundo valores, regras de conduta e interdições de seu tempo, de sua cultura e de sua condição social, como as estabelecidas por um sofisticado poder pastoral do universo eletrônico.

A confissão, como técnica que liga o sujeito a si e todas as técnicas de exposição ilimitada de si mesmo, é, atualmente, identificada em produtos da mídia, que nos incitam sempre a confessar para que médicos, psicanalistas, jornalistas, pedagogos, *coaches* digam o que somos e como devemos nos conduzir.

A análise foucaultiana sobre a história da sexualidade mostra-se muito pertinente, hoje, em um momento de alta exposição e informação no espaço digital, pois demonstra como modos de

subjetivação, elaborados no domínio de um poder pastoral cristão, instauram diferentes experiências de si, e produzem densas relações do sujeito consigo mesmo por meio da conjugação das práticas de si com a palavra e a verdade.

Na internet, os sujeitos se constituem na medida em que se apresentam e em que falam aos outros, organizam sua história e sua biografia, em uma interação que se estabelece de forma inteiramente virtual. Essa configuração da presença posta pela internet coloca uma maneira diferente de percebermos uns aos outros, de vermos e de falarmos, fazendo operar, nas práticas cotidianas de falas, múltiplas relações do sujeito consigo e com os outros.

Alguns grupos aproveitam essa composição da subjetividade com uma finalidade econômica ou política, notando, nas práticas de confissão que circulam nas redes sociais, a chave para extrair uma determinada agenda: desse conjunto de confissões, ou daquilo que Primo (2020) chama de redes confessionais, das quais irrompem dados econômicos e políticos que produzem formas de o mercado expandir sua atuação.

No espaço digital, diversas plataformas muitas vezes assumem o lugar de redes confessionais, levando-nos a estar sempre prontos a manifestar nossas opiniões, experiências, dissolvendo quase imperceptivelmente as fronteiras do público e do privado, por meio de práticas confessionais. Essa interação na esfera digital condiciona nossa existência, muitas vezes, a uma obrigação da fala.

Nesse espaço, o sexo é uma temática que aparece dentro de uma economia complexa. Em esferas médicas, jurídicas, pedagógicas, filosóficas ou jornalísticas, ou em canais de entretenimento, em todas essas instâncias ele é sempre posto em regimes de verdade.

Embora possa parecer uma atividade íntima, é notório que o sexo é uma prática perpassada por uma moral edificada sob regras estabelecidas por

várias instituições, que o normalizam e impõem regulação de conduta sobre o corpo nas relações. Essa realidade pode ser constatada quando, em entrevistas, muitas pessoas declaram que é imprescindível fazer sexo para manter a saúde em dia, mas para isso é importante que o sexo seja realizado com segurança. Nesse contexto, o cuidar de si, da saúde, é atravessada por uma biopolítica, que dita como o sexo deve ser conduzido em nossas vidas e na vida dos outros.

Essa biopolítica pode ser identificada em matérias jornalísticas sobre sex shops que, por meio de procedimentos enunciativos, põem, de um lado, sujeitos que confessam suas preferências sexuais, e de outro, a religião, o mercado e a própria mídia como elementos que compõem uma verdade sobre o sexo, em especial o da linha evangélica. Produtos de uma economia contemporânea, que busca a diversidade dos seus consumidores, o mercado erótico, chamado evangélico, gospel, está em franca ascensão, conforme destacam várias matérias que circulam na internet. Os produtos desse segmento são apresentados como artefatos construídos para proporcionar prazer aos consumidores e não devem ferir as leis divinas, relata grande parte das matérias sobre esse setor.

O ponto de virada dessas lojas, no Brasil, segundo matéria do site *history.uol.com.br*, aconteceu quando empreendedores do ramo investiram em lojas situadas nas periferias de grandes capitais, onde se encontram um número significativo de evangélicos. Nessa matéria também se encontram vários dados sobre o perfil social e econômico dos consumidores, a média de investimento dos clientes nos produtos e os itens mais vendidos. Esses dados então são transformados e coordenados por uma biopolítica que passará a administrar a sexualidade dessas pessoas de alguma forma, por meio de diversas estratégias e instituições, como a Associação Brasileira das Empresas do Mercado Erótico e Sensual ou outros órgãos. A biopolítica

e a governamentalidade como poderes que se inscrevem na forma de dizer a verdade sobre o sexo se mostram em relatos de pessoas cristãs e será a discussão da próxima sessão, na qual analisamos uma matéria publicada na plataforma do UOL.

## Artes de governar em uma matéria sobre sex shop

Nesta sessão, analisamos uma matéria que circula na internet, na plataforma do UOL, empresa brasileira de conteúdo, serviços digitais e tecnologia com muitos canais de jornalismo. A seleção desse texto se deu por meio da busca, no Google, da expressão “sex shops evangélicos”. Esse movimento nos permitiu chegar a várias matérias, mas optamos pela seleção de uma que circula em uma plataforma mais popular.

Vemos que mesmo sendo uma instância profundamente íntima dos seres humanos, o sexo é exposto nas mídias, mas conforme um constante ordenamento. No caso da matéria deste estudo, o sexo, no domínio discursivo religioso cristão, é tematizado, apresentado como prática diferenciada do mundo não-cristão.

O texto intitula-se *Linhas de produtos eróticos para público gospel? Existe e vende muito bem*. É assinado por Elisa Soupín, em colaboração para a coluna Universa. Optamos por não transcrever na íntegra a matéria, mas destacamos os enunciados principais que interessam a este trabalho.

Iniciamos nossas considerações sobre o texto, analisando o seu título, criado a partir de uma interrogação sobre o erotismo no meio cristão. O título retoma, por meio dessa pergunta sobre a existência de uma prática comercial, uma memória de que o sexo, nesse meio, sofre interdições. Essa memória posta no título recupera as formas de governo do cristianismo sobre os corpos, na prática sexual. Segundo Foucault (2000, p. 230), “o sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era

preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso”.

Para a composição do texto, a matéria se vale de um sujeito autorizado a falar sobre o tema no espaço jornalístico. Trata-se de um homem evangélico, heterossexual, casado, empresário e *coach*. Nessa profissão, João Ribeiro é consultor de casais, *sexcoach* e palestrante de relacionamento. Por meio dos relatos de João Ribeiro, a matéria traz, de forma indireta, confissões sobre o sexo cristão. Ao longo do texto, o entrevistado revela como o sexo, em meio evangélico, deve ser conduzido, seguindo preceitos religiosos que nem sempre são bíblicos, mas são citados para ativar a memória que constitui o governo do sexo cristão.

Na função de *coach*, o entrevistado assume o papel de condutor de vidas de outros sujeitos, valendo-se de técnicas de autoconhecimento que levam seus assistidos a encontrarem a sua verdade. O *coach* é aquele profissional que aciona uma ferramenta (*coaching*), para levar seus clientes a atingirem metas, melhorarem suas performances, em diferentes áreas da vida e diluírem suas dificuldades:

O coaching é apresentado como um recurso para os sujeitos orientarem e conduzirem melhor suas vidas. Não por acaso, a alegoria utilizada para representá-lo é a de uma carruagem – ele seria um meio para conduzir o cliente a um destino que ele mesmo seria levado a vislumbrar e definir. Ou seja, o coaching encerra a promessa de conduzir os sujeitos rumo à concretização de suas mais altas aspirações, se aderirem às diferentes práticas oferecidas e aos caminhos indicados como os mais eficazes para conduzir-se no mundo e para ser, então, realizado e feliz (SARAIVA E POSSBON, 2016, p. 1).

Assim, quem enuncia sobre o sexo cristão, nessa matéria, é um sujeito que ocupa não apenas o lugar de cristão, mas alguém que sabe governar a vida de outros sujeitos, no campo sexual. Conforme já destacado, Foucault considera que o poder se exerce sempre em meio a relações, dessa maneira, as diferentes posições que o entrevistado

assume na entrevista traduzem diferentes formas de o poder se manifestar sobre o sexo. Esses diferentes posicionamentos criam diferentes efeitos de verdade sobre o tema. Primeiro, confere credibilidade ao texto porque traz ao debate alguém que enuncia de um lugar profissional, mas também fala como um porta-voz de outros sujeitos que professam a mesma fé que a sua. Além disso, João Ribeiro fala de um lugar de empreendedor, demonstrando conhecimento sobre o assunto em sua experiência no investimento. Em certo ponto da entrevista, o entrevistado descreve como devia ser o formato dos produtos que atenderiam aos anseios do público evangélico:

Existia preconceito por causa das embalagens muito chamativas ou aromas muito fortes. Tinham medo de usar os produtos, de serem vistos usando. Então, nós desenvolvemos uma linha com embalagens mais discretas, cheiros mais suaves, tamanhos menores e preços mais baratos, para as pessoas experimentarem (SOUPIN, 2020).

O entrevistado então revela interdições que existem sobre as formas de prazer sexual desse grupo. Segundo ele, as práticas ligadas ao sexo nesse universo devem ser muito discretas, pois elas são vigiadas, policiadas, o que já gerou medo em alguns indivíduos desse grupo. Ao destacar a razão pela qual os evangélicos deixavam de ir a sex shops tradicionais, o empresário frisa que usou uma tecnologia, provavelmente o design gráfico, para a fabricação de embalagens mais atraentes para seu público. Essa ação, juntamente com a melhoria do aroma dos produtos, configura-se como estratégia biopolítica, que opera no sistema biológico dos consumidores e age no sentido de reestruturar a relação dos cristãos com a memória sobre as lojas de produtos eróticos. Essa adequação da forma do produto ao mercado aponta uma governamentalidade, na medida em que, ao falar da posição de empresário, o entrevistado sugere que ele cuida de seus produtos para não gerar

constrangimentos em outras pessoas. Há um governo de si que também cuida dos detalhes que vão proporcionar bem-estar aos outros.

No fragmento a seguir é relatado outro medo que atravessa a prática sexual entre os cristãos, desta vez, com destaque ao sexo entre a mulher e seu companheiro:

Antes, as mulheres tinham medo de que o companheiro descobrisse que estavam usando um produto para potencializar o orgasmo, por exemplo, e os homens não falavam sobre o uso de produtos contra ejaculação precoce (SOUPIN, 2020).

A matéria, por meio das explicações do entrevistado, expõe como a sexualidade dos casais evangélicos foi sustentada pelo medo, indicando o sistema de governo que agia por intermédio de instituições, como a igreja, principalmente. Porém, o enunciador apresenta essa vigilância como uma ação típica de um tempo que ficou no passado, situando a narrativa do medo em um “antes”. Em seguida, o empresário atualiza a situação da prática sexual de seu grupo, inscrevendo as informações no presente, no “hoje”:

Hoje, os casais perceberam que podem ter prazer, coisa que não acontecia há até 15 anos, quando o sexo era visto apenas para procriação. Hoje, percebem que o sexo foi um presente de Deus para os casais (SOUPIN, 2020).

Nesse ponto do texto, o enunciador retoma uma discursividade que circula dispersamente em nossa sociedade, há muito tempo, que é a ideia de o sexo ser um instrumento apenas de procriação. Conforme palavras de Foucault (2000, p. 229), como “se explica que em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo?”.

Em relação a certas formas de relações sexuais, João admite que a igreja realmente impõe

alguns limites para a prática do sexo entre os casais, mas vê a possibilidade de os cônjuges decidirem se acatam ou não esses limites. Em sua visão, há brechas, espaços de poder, que os sujeitos podem acessar para se libertar das regras impostas ao sexo, na igreja. Segundo ele:

Há uma crença, há um dogma, na Igreja Evangélica, de que não se deve fazer sexo anal. Se você me perguntar se está escrito na Bíblia que é proibido, digo que não está escrito com todas as palavras, mas em várias igrejas há o ensinamento para não praticar (SOUPIN, 2020).

Ao considerar que a proposta de não fazer sexo anal é um dogma, e que não há provas robustas desse princípio na bíblia, o entrevistado reforça o que, em seu ponto de vista, é uma decisão dos casais, que “devem se sentir confortáveis para fazer aquilo que tiverem vontade”. Entretanto, adiante, ao falar ainda sobre a prática do sexo anal, o *coach* ratifica a proposta da religião. Na linha de produtos *In Heaven*, por ele elaborada, não há produtos destinados à prática do sexo anal. Diz ele: “Não temos e nem vamos ter, por respeito, não queremos incentivar que o casal faça nada que vá contra a sua fé, crença e doutrina, não faz sentido”.

João demonstra que tem uma ética, que passa pelo cuidado do outro, não vendendo o produto para que outras pessoas não se sintam tentadas a consumir e praticarem uma ação que a igreja condena. Então, ele se mostra um bom gestor de sua vida e da vida de outros. Percebemos, no interior desse discurso, a mobilização de tecnologias de regulação que se inscrevem em um regime de enunciabilidade: esse sujeito – empresário e *sexcoach* – diz que no *sexo cristão* algumas práticas são permitidas, enquanto outras não.

O entrevistado declara que não há o mesmo policiamento em relação à prática do sexo oral, e que é possível direcionar os produtos do campo dessa prática para outras possibilidades, usando produtos como estimulantes de diferentes zonas

erógenas. A linha *In Heaven* possui quatro produtos comestíveis, mas não necessariamente voltados para o sexo oral. Nesse ponto, o entrevistado sinaliza que, nesse universo cristão-evangélico, é possível driblar algumas regras do mercado: “Podem ser usados em um beijo, em um carinho, em uma zona erógena, para estimular o prazer do toque, ou até como um refrescante bucal”, indicando que uma tecnologia como uma tecnologia mercadológica se alia a tecnologias cristãs.

A matéria mostra que um conjunto de condutas e tecnologias de si estão em jogo, nessa temática. Na esfera evangélica, o texto analisado aponta que os casais devem ter autoconhecimento, que cada uma tenha uma relação consigo mesmo, que não se volta apenas ao corpo, mas às relações entre eles e sua alma, ao propor, em tom de instrução, que as pessoas só devem praticar relações que lhe deixem sem culpa diante dos ordenamentos da igreja ou das doutrinas.

Na reportagem em análise, o entrevistado relata que o sexo entre os casais evangélicos não é mais feito apenas com a finalidade de procriação, como por muito tempo foi pregado, pois, atualmente, os cristãos buscam prazer, em suas relações, mas esse prazer precisa ser examinado, para produzir uma verdade aos cristãos e, também, gerar riqueza para a indústria do erotismo. Ao mesmo tempo em que essas informações codificam de que forma a sexualidade cristã acontece ou deve acontecer, elas também produzem sujeitos que interessam a manutenção de poderes como mercado e igrejas.

A fala do empresário sugere que essa sexualidade é atualmente formada por uma pedagogia, por uma regulação do sexo, legitimada mais pelo lugar do *coach*, que pelo saber bíblico. O *coach* se destaca na matéria como o saber, quase científico, que racionaliza a ideia de sexo, no mundo evangélico, aconselhando, regulando operações entre os casais.

## Considerações finais

Neste artigo analisamos relatos sobre práticas sexuais de sujeitos cristãos em uma matéria sobre sex shops evangélicos, que circula em plataforma digital. O questionamento principal foi observar se esses relatos sobre o sexo, no universo evangélico, passam por um “cuidado de si” ou por um controle ordenado por poderes que se exercem sobre os corpos cristãos.

Discutimos como Foucault concebeu o conceito de poder para falar sobre práticas de subjetivação, em diferentes esferas sociais. O poder, para ele, se inscreve não apenas nas mentes das pessoas, mas em seus corpos. Dessa visão, o autor propõe o biopoder, a biopolítica e a governamentalidade como formas de poder desenvolvidas pelo Estado moderno para governar populações. Esses poderes agem sobre a vida das pessoas e se justificam como poderes que visam ao bem-estar das populações. A confissão, como técnica de uma governamentalidade, possibilitou a compreensão de como o poder age para vigiar a prática sexual da população evangélica que frequenta sex shops.

Pelas análises da matéria do UOL, existe um efeito de produção de casais cristãos operado pelo discurso do *coach*, que, no mundo contemporâneo, vale-se de algumas ferramentas de autoconhecimento, e pela religião, que regula as condutas sexuais dos casais, por meio uma memória que, de diferentes formas, atualiza discursos e interdições sobre o sexo entre casais cristãos.

Nas sex shops, o indivíduo é levado a criar um conhecimento de si, valendo-se de um conjunto de equipamentos, tecnologias mercadológicas que simultaneamente o educam e compõem um dispositivo que busca despertá-lo para a consciência da sexualidade.

## REFERÊNCIAS

Conheça o sex shop evangélico. Disponível em: <<https://history.uol.com.br/noticias/conheca-o-sex-shop-evangelico>>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

FISCHER, R. M. B. A mídia como espaço formativo do sujeito adolescente. In: Veritas, Porto Alegre, v. 42, jun, 1997, p. 333-348. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/35670>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade IV: as confissões da carne. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, M. Segurança, território e população. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

OKSALA, Johanna. Como ler Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PRIMO, G. de B. Confissões da carne às redes confessionais. Revista Opinião Filosófica. 2020. Disponível em: <<https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/978>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

RAGO, Margareth. Foucault: a filosofia como modo de vida. Programa Café filosófico. instituto CPFL. Youtube. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jw6zuBIocII>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

REVEL, Judith. Foucault: conceitos essenciais. São Carlos (SP): Claraluz, 2005.

SOUPIN, R. Linhas de produtos eróticos para público gospel? Existe e vende muito bem”. Universa UOL. Sexo. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/07/11/linha-de-produtos-erotico-gospel-existe-e-vende-muito-bem.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SARAIVA, K. S.; POSSEBON, R. O. A pergunta como estratégia pedagógica nos processos de coaching. Reunião Científica Regional da ANPED-Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo12.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

**Submissão: agosto de 2021**

**Aceite: setembro de 2021.**